



13 PERGUNTAS PARA O FUTURO REITOR

A APROPUC e a AFAPUC, juntamente com a equipe do PUCviva, elaboraram um questionário contendo 12 perguntas que encaminhamos aos candidatos a reitor. Anna Maria Marques Cintra, Dirceu de Mello e Francisco Antonio Serralvo responderam as questões relativas à maximização, tabelas salariais diferenciadas, plano de cargos e salários, espaço físico e segurança, entre outros temas. Abaixo apresentamos as perguntas que serão respondidas ao longo desta edição especial do jornal PUCviva.

1

Durante duas décadas o contrato de trabalho da PUC-SP foi considerado referência principalmente se comparado aos contratos da rede privada em geral. A partir de 2006, com a maximização, este contrato se aproxima de um contrato hora/aula considerando nº de turmas, disciplinas, orientação (TCC, IC, etc), acompanhamento de estágios e trabalho de extensão. Isto também se aplica ao setor de pós-graduação. Sr./Sra. candidato(a), qual contrato em termos de nº de horas/aulas, pesquisa e extensão considera viável para uma Universidade de qualidade? Diante desta situação o sr/sra. pretende suspender a maximização e implantar um novo contrato indicado pelo sr/sra?

2

Hoje a PUC-SP tem tabelas salariais diferentes para o mesmo trabalho, ou seja, o princípio trabalhista da isonomia salarial não é respeitado.

Este fato coloca a Universidade sob riscos de novas ações trabalhistas. O que o sr./sra. pretende fazer a respeito disso, caso eleito(a)?

3

A sustentabilidade da Universidade hoje se dá preponderantemente com as mensalidades, o que vem ocasionando uma permanente crise na instituição. O fato destas mensalidades estarem em níveis insustentáveis, até para um segmento da classe média, tem provocado uma diminuição de alunos, inclusive resultando no fechamento de turmas e cursos. Como pretende resolver a questão da redução de alunos e das mensalidades elevadas?

4

Qual sua posição em relação ao Ensino a Distância?

5

A Cogear tem tido uma gestão separada das faculdades há mais de 20 anos. Esse fato resultou na não incorporação de horas acadêmicas no contrato de trabalho docente, e mais, ocasiona muitas vezes em um duplo salário e dispersão financeira para o caixa da Universidade. Como vê esta questão?

6

O princípio da liberdade de expressão, manifestação e autonomia acadêmica é o fundamento primeiro de uma Universidade. Sendo a PUC-SP uma Universidade Católica como

o sr./sra. se posiciona diante da possibilidade de debates sobre temas como, por exemplo, o aborto, a livre orientação sexual, as novas políticas para a regulamentação para uso e comércio de drogas?

7

Como se coloca em relação à crise financeira e a intervenção da Fundasp que ocorreu sob esta justificativa?

8

Quais as prioridades de sua gestão para a recuperação do espaço físico da Universidade?

9

Como garantir a autonomia de Universidade com a intervenção da Fundasp?

10

Os professores ganharam na justiça do trabalho em primeira e segunda instâncias os 7,66% de recomposição salarial devidos desde 2005. Como pretende participar desta questão?

11

Como o Sr/Sra. enfrentará uma situação de ocupação de alguma dependência da PUC-SP por algum setor da Universidade?

12

Quais os passos que sua gestão dará para criar um Plano de Cargos e Salários para os funcionários?

13

Se o sr./sra. não for o mais votado entre os três concorrentes aceitará a indicação do Cardeal para governar a PUC-SP?

A PUC vale a pena

ANNA MARIA MARQUES CINTRA
JOSÉ EDUARDO MARTINEZ

1

Em novembro de 2011, o Consun aprovou nova proposta de contrato de trabalho docente, que contempla ensino e pesquisa e afasta a possibilidade da hora-aula. A universidade, de forma colegiada, já produziu uma alternativa para a questão e, para nós, é importante prestigiar e fortalecer as decisões colegiadas. A referida proposta ainda requer aprimoramentos e, certamente, implicará negociação com a FUNDASP, pois aumenta os gastos com a folha de pagamento, mas pretendemos retomá-la como prioridade, pois isso abre a perspectiva de, finalmente, superarmos a inadequada e repetida reedição da maximização.

2

Nossa proposta é fazer os aprimoramentos necessários e trabalhar pela implementação, o quanto antes, da nova proposta de trabalho elaborada por comissão de professores e aprovada pelo Consun. Entendemos, também, que essa política de contrato deverá ser acompanhada pela discussão e negociação da política de salário com a Fundasp, visando ao restabelecimento da isonomia e equidade salarial.

3

A questão do financiamento da PUC é complicada, e as receitas das mensalidades são a maior fonte de entrada; é o que permite, no momento, à PUC continuar funcionando. Então, é bom desconfiar de respostas supostamente fáceis para essa questão. Em nossa opinião, há caminhos vários e complementares para enfrentar esse problema. Em razão do limite de espaço para as respostas, destacaremos sinteticamente apenas alguns. Um deles, embora não seja fácil, está imediatamente ao alcance da comunidade interna: elaborar colaborativamente novo projeto acadêmico para as graduações, no qual, entre outras coisas, os cursos (bacharelados, licenciaturas e tecnológicos) tenham áreas básicas comuns (por e entre faculdades), o que permitiria diminuir os custos dos cursos e, por consequência, as mensalidades. Essa alternativa também traria um ganho acadêmico considerável ao propiciar a saudável e enriquecedora convivência entre estudantes de diferentes cursos. Outro caminho também possível, mas de longo prazo, é construir e viabilizar outro modelo de financiamento para a universidade, com fontes de receitas mais diversificadas. Outra alternativa, a ser associada às demais, diz respeito à adoção de mecanismos socialmente justos que também subsidiem a

criação de programas de captação de recursos especificamente destinados a bolsas de estudo.

4

O uso da tecnologia digital nos processos de ensino-aprendizagem é realidade dada e irrecusável. A PUC-SP precisa se preparar adequadamente e encarar esse desafio, uma vez que estamos muito defasados nesse campo. Vale destacar que é perfeitamente possível fazer EaD de maneira consistente e socialmente orientada, portanto sem precarização do trabalho e/ou mercantilização da educação. Em nossa visão, esses são princípios básicos para EaD na PUC. Sabe-se que a implementação dessa modalidade requer um projeto muito bem estruturado, que preveja infraestrutura, equipes multidisciplinares, além de pessoal com competência técnica atestada. Sem isso, é impossível obter êxito nessa área. Até o momento, não houve a definição de uma política destinada a implementar a EaD em nossa Universidade. Precisaremos cuidar disso.

5

A Cogeaegregrediu em termos de resultados nos últimos 04 anos

É preciso reestruturar essa Coordenadoria e fazê-la voltar a crescer, pois, além de seu importante papel na viabilização de cursos resultantes de pesquisas de nossos professores, ela produz resultados que ajudam a universidade a cumprir parte de seus compromissos. A demanda da educação continuada, bem como sua natureza, é bastante distinta daquela das graduações, do mestrado e do doutorado. Entre outros aspectos, isso significa que a incorporação pura e simples dessas atividades no contrato docente poderia representar um aumento nos custos dos cursos de educação continuada, inviabilizando boa parte deles.

6

Esses princípios são tão importantes que, inclusive, são constitucionais! A Educação, em todos os níveis, é uma concessão do Estado. A universidade, para cumprir suas funções sociais no ensino, na pesquisa e na extensão, não pode recusar o debate e a reflexão serena e crítica sobre quaisquer temas de interesse social, por mais polêmicos que sejam. Na mesma direção, as instituições, todas elas, têm vocações, inspirações e limites éticos e legais, que precisam ser considerados. A PUC-SP é uma instituição [universidade] católica e, por isso, possui diretrizes éticas e normas que lhe são próprias, que devem ser respeitadas, desde que, antes de tudo, seja mantido o princípio da autonomia acadêmica que constitui o pilar da universidade.

7

A PUC-SP já viveu várias crises e sobreviveu a elas. Nossa convicção é de que atravessaremos também as dificuldades do momento. A crise de 2006 teve um encaminhamento diferente de outras, uma vez que a FUNDASP assumiu mais efetivamente as funções de mantenedora, o que é seu direito. Naquela época, não concordamos e nos opusemos às demissões em massa que foram realizadas, por não considerá-las estratégia adequada, embora seja importante mencionar que reconhecemos a extrema gravidade da situação

financeira da instituição, que corria risco de insolvência, e a necessidade de que medidas fossem adotadas. Não há espaço para uma análise mais pormenorizada aqui. A realidade da PUC-SP hoje é de que a reitoria deve cumprir seu papel na condução e gestão da universidade e trabalhar em parceria com a Fundasp, defendendo sempre os interesses acadêmicos, com respeito à gestão e aos limites econômicos/financeiros da instituição.

8

Infraestrutura, manutenção e conservação dos campi da PUC-SP são fundamentais e precisam ser priorizadas, e não apenas no discurso. Por isso, é preciso ser claro e responsável. Mais de 70% do orçamento da PUC-SP vai para as folhas de pagamento de funcionários e professores, o restante vai para o pagamento de dívidas, fornecedores, serviços etc.; também para infraestrutura, manutenção e conservação, embora em quantidade insuficiente. Sobra pouco (quando sobra) para novos investimentos. Por isso, nossas propostas são realistas e exequíveis. Destacamos algumas: negociar com a comunidade prioridades de infraestrutura, manutenção e conservação; envolver a comunidade na requalificação dos espaços e das formas de usá-los; captar apoios e patrocínios para melhorar a infraestrutura. Com essas e outras ações temos certeza de que iremos, gradativamente, alcançar patamares mais satisfatórios para nossos espaços de trabalho e convivência. Como se pode constatar, entendemos que isso deve ser tratado como investimento "básico" e não como despesa. Estamos falando de condições básicas para o desenvolvimento do trabalho da PUC.

9

Realizando de maneira responsável, consistente e fundamentada a gestão acadêmica da universidade, o que permitirá qualificar a interlocução com a Fundasp, é possível demonstrar de maneira inequívoca rumos, necessidades e alternativas de solução aos problemas acadêmicos e comunitários da PUC, de modo que alcancemos juntos objetivos

que são comuns: superar as dificuldades econômico-financeiras e fortalecer a universidade no ensino, na pesquisa e na extensão.

10

Essa é uma questão que já escapou à gestão acadêmica da universidade, uma vez que se encontra no judiciário. No entanto, se professores e FUNDASP considerarem a participação ou mediação da reitoria útil, caso eleitos, estaremos prontos para colaborar em tudo que for possível.

11

Negociando com os ocupantes e cumprindo a função de zelar e de defender as condições de trabalho, de estudo e de pesquisa da instituição.

12

Ouvir os funcionários, conhecer as propostas do DRH, analisar as necessidades e as condições objetivas da PUC, dar transparência à situação e às posições da reitoria, negociar com a FUNDASP, decidir em conjunto com os funcionários e com a FUNDASP um plano realista e satisfatório em relação às necessidades dos funcionários e da universidade, implementar o plano nos aspectos que forem de responsabilidade da gestão da universidade.

13

Estamos concorrendo para vencer, com uma excelente equipe que congrega muitos membros da comunidade muito experientes e zelosos do futuro da PUC-SP, porque VALE MUITO A PENA. Nosso trabalho rumo à reitoria começou faz tempo, quando foram iniciadas as primeiras reuniões para a construção de uma candidatura acadêmica, consistente e responsável, que resultou na nossa. Hoje temos mais de 420 nomes de apoio à nossa chapa.

Autonomia e Excelência Universitárias

Uma nova PUC, ainda melhor

DIRCEU DE MELLO
MARCELA PEÇANHA

1

Já está claro que a comunidade puquiiana, em sua grande maioria, rejeita a maximização. E nossa chapa propõe que ela seja extinta, buscando-se a implementação de um contrato de trabalho que valorize a carreira docente. Para isso, buscaremos alternativas à sustentabilidade financeira da Universidade que não se concentrem apenas na redução de custos, mas, sobretudo, busquem o aumento das receitas, para que não fiquemos dependendo apenas das mensalidades. Isso poderá ser feito com a intensificação da oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* (extensão, especialização e outros) e o incremento da prestação de serviços pela PUC-SP, diversificando-se, assim, nossas fontes de receita. Vale lembrar que, mesmo com enormes dificuldades financeiras, a atual gestão desse candidato conseguiu proporcionar estabilidade e tranquilidade aos nossos funcionários e professores no exercício de suas funções, evitando-se o caminho fácil das demissões em massa, utilizado na gestão anterior. Além disso, foi criada uma Comissão no Consun para apresentar uma nova proposta de contrato de trabalho docente, que foi aprovada e encaminhada ao Consad, colegiado que está discutindo o seu conteúdo junto à Comissão do Consun à vista das considerações apresentadas

por diversos órgãos da Universidade (DRH, Controladoria e Assessoria Jurídica). É nessa etapa que a tramitação atualmente se encontra.

2

A isonomia salarial, de fato, deve ser implementada em nossa Universidade, o que já vem sendo buscado por esse candidato na sua atual gestão. Para isso, precisamos continuar diversificando nossas fontes de receita e, com o apoio de toda a comunidade, aumentar a captação de recursos externos, tornando possível a existência de um contrato de trabalho justo e equilibrado para todo o corpo docente.

3

Entendemos que a manutenção do nível de excelência da PUC-SP, atualmente refletido nos rankings oficiais (a PUC-SP ocupa hoje o 2º lugar entre as melhores universidades privadas do país, segundo o MEC), aliada à aprovação do Vestibular Social, com a prática de mensalidades diferenciadas e acessíveis aos nossos estudantes, é a fórmula ideal para tornar os nossos cursos mais inclusivos e atrativos e para resolver os problemas da evasão e das mensalidades elevadas. O fortalecimento da política de bolsas, sobre-

tudo buscando-se recursos externos (convênios e parcerias com entidades públicas e privadas) também deve ser priorizado. Vale lembrar que na gestão desse candidato foram concedidas mais de 14 mil bolsas, em todas as modalidades e, recentemente, graças aos nossos esforços, foram aprovadas 250 bolsas integrais (Edital de 07/08/12).

4

O Ensino à Distância é, hoje, mais do que uma realidade; integra, também, as diretrizes oficiais do MEC. Diante disso, nossa proposta é a de buscar a oferta de cursos à distância que não apenas atendam às necessidades da sociedade, mas, sobretudo, busquem a inclusão social a partir da educação. Isso tudo sem perder de vista a qualidade de nossos cursos e a marca de excelência da PUC/SP, o que é possível à vista dos recursos tecnológicos atualmente disponíveis.

5

A Cogear é um importante centro de difusão do conhecimento científico produzido na nossa Universidade, oferecendo variados cursos de pós-graduação com a qualidade da marca PUC/SP. Com relação à sua forma de gestão e a remuneração dos seus

docentes, entendemos que deve ser feita uma discussão pelos colegiados competentes da Universidade de um novo modelo, mais eficiente. A esse respeito, entendemos que o primeiro passo é a adequada delimitação das competências da Pró-Reitoria de Educação Continuada e da própria Cogear, a fim de se evitar a sobreposição de atividades. À primeira, cabe definir a política geral da pós-graduação *lato sensu*; à segunda, compete o trabalho técnico para viabilizar e implantar os cursos, trabalho esse que deve ser melhor e mais valorizado.

6

A PUC-SP é uma Universidade que se diferencia das demais exatamente pela garantia da liberdade de expressão e manifestação do pensamento. Por diversas vezes, a PUC-SP sofreu represálias por ter se posicionado veementemente em favor da liberdade, como no incêndio criminoso do TUCA, em 1984 e na sua invasão pela polícia militar em 1977, duramente combatida por esse candidato ao lado da então reitora Nadir Kfourie e do professor Hermínio Marques Porto. Nossa chapa continuará preservando essa marca que já faz parte da história da PUC/SP, garantindo a liberdade e a autonomia no exercício da docência, sem perder de vistas os preceitos que regem a nossa instituição.

7

Ao assumir a reitoria, esse candidato encontrou uma Universidade devastada: a dívida era monstruosa, nossas instalações estavam abandonadas e a traumática demissão em massa de professores e funcionários era recente. Ao longo da nossa gestão, a dívida pôde ser equalizada e houve uma significativa melhora da nossa situação financeira e estrutural. Muito ainda há que ser feito: precisamos ampliar nossa fonte de receitas, que não deve ficar limitada apenas às mensalidades. Entendemos, ainda, que a relação entre a Universidade e sua mantenedora deve ser de respeito e parceria, preservando-se as funções e as atividades de cada

uma. Essa, aliás, tem sido a tônica da gestão desse candidato, que se iniciou justamente com a edição de dois Atos delimitando as funções da reitoria e da Fundação São Paulo, a fim de preservar as respectivas competências.

8

Pretendemos dar continuidade ao trabalho que vem sendo desenvolvido por esse candidato na atual gestão de melhoria e adequação dos espaços físicos e das instalações de todos os campi. Entre 2009 e 2012, só no Edifício Reitor Bandeira de Mello, 122 salas de aula e 5 auditórios foram totalmente reformados, incluindo troca de piso, mobiliário, iluminação e pintura. Também foi construído um refeitório para os funcionários e mais de 60 banheiros foram reformados, além das obras de melhoria e readequação realizadas em outros campi. Pela primeira vez na Universidade, foram firmadas parcerias com entidades privadas para a captação de recursos financeiros destinados à reforma de nossos espaços físicos e auditórios. Propomos que a ampliação desse trabalho deve ser feita na próxima gestão, priorizando-se as obras do "Corredor Cardoso" e implementando-se nosso projeto "Necessidades dos Campi". Tal projeto prevê que cada um dos campus terá um assessor para, juntamente com o diretor de campus, desenvolver um projeto de saneamento, recuperação e revitalização dos espaços de cada uma dessas unidades, com vistas às suas particulares prioridades. Além disso, é necessária a reforma e a readequação dos espaços físicos de pesquisa e estudo bem como os de convivência comunitária.

9

A autonomia da Universidade deve ser preservada a partir da garantia da efetiva participação das representações docente, discente e administrativa nos colegiados deliberativos da Universidade. Além disso, autonomia se garante com a realização de audiências públicas, nas quais o Reitor pode discutir e deliberar os rumos da Universidade diretamente junto

à comunidade, legitimando as suas ações. Tal foi a política realizada por esse candidato na sua gestão. A manutenção das portas da Reitoria abertas também é imprescindível para se preservar a autonomia Universitária, já que garante o diálogo franco e direto da Reitoria com a comunidade, como foi feito na nossa gestão. Por fim, a garantia da autonomia da Universidade é também fruto de uma gestão responsável, desenvolvida através de uma relação de respeito e parceria com a sua Mantenedora, pautada por uma clara e transparente delimitação de competências e funções, como foi feito na gestão desse candidato.

10

Pretendemos continuar a negociação junto aos proponentes da ação judicial para, em conjunto, encontrarmos um caminho para honrar tal pagamento.

11

Com diálogo franco e aberto, como sempre defendi. Além disso, acredito que a continuidade da política de portas abertas é capaz de impedir que se chegue a uma situação extrema como essa.

12

Dando continuidade à tramitação da proposta apresentada pela Comissão instituída na atual gestão para elaborar o novo plano de cargos e salários administrativo, com a discussão do seu conteúdo e seus reflexos junto à comunidade a fim de que sejam feitos os ajustes necessários ao atendimento das suas demandas.

13

No debate Roda Viva realizado pelos estudantes em 13/08 nossa chapa já se manifestou, assinando o termo de compromisso de que não aceitará a nomeação caso não seja a mais votada.

Reconstruir a PUC-SP

Francisco Antonio Serralvo
Ana Mercês Bahia Bock

1

Um dos maiores problemas que a crise financeira tem imposto à nossa comunidade é a gradativa perda de conquistas históricas que sempre nos distinguiu no cenário nacional. O contrato docente maximizado é um claro exemplo dessas perdas. Recentemente foram formadas duas comissões para discutir essa questão, sendo que a primeira resultou infrutífera e a segunda, a despeito da tentativa de abertura de uma discussão com a comunidade, levou a aprovação de uma proposta pelo Consun, que aumenta os custos com a folha de pagamento dos professores e, o pior, não conseguiu contentar a nenhum de nossos setores, pois discrimina a função docente entre pesquisadores e não pesquisadores, mantendo maximizado estes últimos.

Esse é um enfrentamento que teremos que fazer com maturidade e clareza de forma a contemplar as diferentes realidades da nossa Universidade. Os Projetos Pedagógicos dos cursos, por exemplo, precisam inserir em suas propostas, quando cabível, as atividades de orientação e acompanhamento dos estudantes para que os docentes possam ser remunerados por tais atividades -- temos cursos que adotam essa prática. No geral, estamos distantes do regime ideal de contrato de trabalho que é o das instituições públicas que estabelece uma jornada em sala de aula de oito horas semanais (embora não contemple nesse limite as atividades de orientação ou tutoria a alunos).

Temos que buscar o possível e suportável para a nossa realidade e que incluir a remuneração para a orientação e para a pesquisa independentemente se ela ocorre no âmbito da graduação ou pós-graduação. Ademais, há que se dar perspectiva de evolução nas condições do contrato de trabalho, de forma a se incluir avanços à medida que a situação financeira da Universidade venha a melhorar.

2

A tabela diferenciada foi a alternativa encontrada para a exigência que nos foi imposta pelo Ministério Público na intervenção que o curador da nossa Fundação fez na Universidade por meio do TAC - Termo de Ajustamento de Conduta, como forma de melhorar a sustentabilidade financeira da PUC/SP. Essa medida gera distorções descabidas. Temos que lutar, de forma responsável, pela concreta reunificação das tabelas. Para isso, dependemos do equacionamento da situação financeira da Universidade. Porém, acreditamos que o maior problema que temos que enfrentar é o represamento da carreira docente, este sim o maior causador do nosso passivo trabalhista. Entretanto, não basta apenas discutir o que compõe o contrato de trabalho ou quantas horas o professor trabalha em cada atividade, é preciso discutir a qualidade do trabalho docente, e a qualidade do trabalho docente esta também ligada aos projetos pedagógicos dos cursos.

3

Esse tem sido o ponto central de nossa proposta para o plano de gestão da reitoria da PUC/SP - mudar a lógica do financiamento da Universidade. Defendemos a tese de que recursos oriundos das mensalidades devem ser destinados apenas para o custeio. Investimentos em infraestrutura física e de aparelhamento da Universidade devem ser suportados por captação externa de recursos, seja da iniciativa privada, seja de órgãos públicos (como agências de fomento, ministérios, empresas estatais etc.). Temos que rever nossa estrutura de captação de recursos, com o desenvolvimento de projetos tanto para atender aos editais públicos, quanto para submissão à iniciativa privada. Existem inúmeras oportunidades nesse sentido que são pouco aproveitadas pela nossa universidade. Precisamos de um setor de apoio que ajude nossos pesquisadores na busca de projetos

(públicos e privados) em consonância com nossos objetivos acadêmicos e acompanhada e decidida pelos órgãos colegiados. O financiamento da universidade não deve ser realizado a qualquer custo, mas submetido a um projeto que respeite nossa tradição acadêmica, nosso saber acumulado e que sirva para avançarmos a discussão sobre alternativas para superarmos as profundas diferenças sociais vividas pelo Brasil de hoje. Outro ponto fundamental com a mudança da lógica do financiamento da Universidade é a criação de um fundo de bolsas de forma a captar novos alunos (e aqui podemos ter apoio de nossos ex-alunos), notadamente nos cursos em que temos baixa demanda. Há que se criar também um outro fundo, destinado a manter o aluno bolsista na Universidade, de forma a melhorar suas condições de convivência na comunidade e ajudá-lo na sua manutenção.

4

O ensino a distância é uma modalidade que deve ser inserida nos Projetos Pedagógicos dos nossos cursos, tanto de graduação quanto de pós-graduação, como forma complementar ao ensino presencial -- e não como forma de substituí-lo, tendo como pano de fundo a redução de custo operacional. Defendemos a ideia que a vivência presencial é fundamental para a formação do profissional e do cidadão, coisa que o ensino a distância não consegue suprir. Ademais, há que se considerar que o ensino não se dá apenas na sala de aula, mas também, e principalmente, em todos os aspectos da convivência comunitária. Todavia, temos que considerar que as atividades monitoradas à distância podem aumentar nossa capacidade de transferência de conhecimento e melhoria do desempenho dos nossos estudantes. O EaD pode ser uma boa ferramenta se bem utilizado, como no caso da qualificação de professores da rede pública de ensino fundamental. Em 1995 a PUC-SP participou de um consórcio de universidades para a formação de dirigentes sindicais da Confederação Nacional dos Metalúrgicos que exigia ferramentas da EaD

e encontros presenciais mensais. A utilização do EaD foi vital para o atendimento a militantes sindicais de todo o território nacional. Quando bem utilizada, sem a aplicação de critérios exclusivamente mercantis, a EaD pode ser uma alternativa para ampliarmos o papel social da universidade.

5

Existem diferentes realidades em nossa estrutura universitária, de forma que em determinadas situações, e para determinados setores, é interessante a integração dos contratos e para outros não. Há que se considerar ainda o fato da maioria dos cursos da Cogear contar com a participação de professores não pertencentes aos quadros da Universidade. O que temos que pensar é a possibilidade de se flexibilizar a estrutura contratual dos nossos cursos oferecidos pela Cogear de forma a compatibilizar os diferentes interesses. Mas o fundamental é pensarmos numa política de extensão universitária e a especialização é apenas uma parte deste segmento. Uma forma de disponibilizar a excelência acadêmica acumulada para um público que busca atualização e forma de trazer recursos para a universidade. Mas a extensão é muito mais que isso e o tripé ensino-ensino-extensão é forma, em última instância, de compromisso da universidade com a realidade brasileira.

6

A liberdade de cátedra é um princípio inalienável e que é garantido pelos fundamentos da Igreja Católica. A Constituição Apostólica Ex Corde Ecclesiae e o Concílio Vaticano II, no Documento sobre a Educação Católica - Gravissimum Educationis - reconhecem a liberdade acadêmica das disciplinas de acordo com seus métodos e as universidades gozam de "autonomia institucional, que é necessária para cumprir suas funções com eficácia e garante a seus membros a liberdade acadêmica na salvaguarda dos direitos do indivíduo e da comunidade no âmbito das exigências da verdade e do bem comum" (CONCÍLIO VATICANO II, Constituição Pastoral sobre a Igreja no mundo contemporâneo Gaudium et spes, n. 59: AAS 58 (1966), p. 1080. Gravissimum Educationis, n. 10: AAS 58 (1966), p. 737). Além disso, a universidade confessional no Brasil está submetida à nossa Constituição que garante a liberdade de expressão e ensino laico. Uma universidade católica, metodista, presbiteriana ou ligada a qualquer credo pode desenvolver conhecimento teológico relativo a sua profissão de fé nos marcos do desenvolvimento do saber teológico. Isso não se confunde com o desenvolvimento científico

e liberdade de cátedra e pesquisa nas áreas científicas desenvolvidas pela universidade.

7

Vivíamos uma situação de penúria na qual os salários não eram pagos, o custeio da universidade chegou ao seu limite e o endividamento da PUC-SP atingiu uma situação insuportável. Todavia, o encaminhamento da situação levou à intervenção da Fundação São Paulo, comprometendo seriamente a autonomia da Universidade. Entendemos, no entanto, que com um novo modelo de financiamento poderemos equacionar, no médio prazo, a crise financeira da Universidade melhorando o compartilhamento das responsabilidades entre a Universidade e a Fundação São Paulo.

8

Temos que fazer uma imediata revisão do Plano Diretor dos nossos campi, notadamente para os que apresentam uma situação mais problemática. Nesse sentido há que se destacar a situação caótica que vive o nosso campus Monte Alegre, que está com sua ocupação muito além da razoável e precisa de investimentos urgentes na readequação de sua infraestrutura física, com a construção das torres no corredor da Cardoso, reforma das instalações dos prédios velho e novo e readequação na distribuição dos espaços entre as diferentes unidades que ocupam o campus. O importante é trazeremos para este debate e estas decisões as opiniões e sugestões dos envolvidos diretamente com o que se quer recuperar ou mudar para que as reformas atendam e respondam adequadamente às dificuldades. A gestão participativa que defendemos leva em consideração que funcionários, estudantes e professores devem ser consultados sobre suas demandas e que os órgãos colegiados discutam tais demandas, com participação ativa na elaboração de um novo plano diretor para o campus Monte Alegre.

9

A gestão da Universidade deve ser de competência da reitoria. Não entendemos como razoável a proposta da reitoria cuidar apenas do acadêmico e a Fundação cuidar do administrativo. Essas são realidades indivisíveis e que devem estar na esfera da competência da reitoria. À Fundação São Paulo cabe oferecer à Universidade a análise das possibilidades ou dificuldades existentes, subsidiando assim as ações da reitoria e o controle financeiro, de forma a garantir que os objetivos projetados no curto, médio e longo prazos sejam efetivados com a maior eficiência possível.

10

A demanda dos nossos docentes é legítima e temos que encontrar um acordo que seja viável de forma a ser suportado pela Universidade e que atenda as expectativas do nosso corpo docente. Não é adequado utilizar a Justiça do Trabalho como forma de procrastinar direitos. Se não há recursos, isso precisa fazer parte da negociação com os professores de forma clara buscando alternativa para solução do impasse que atenda aos dois segmentos.

11

Em nosso ponto de vista, acreditamos que situações que resultam na ocupação de espaços da Universidade resultam de processos de diálogos mal encaminhados. Estaremos atentos para que situações como essas não ocorram. Todavia, ocorrendo, o caminho da negociação, em que se busca acordos mutuamente favoráveis entre as partes, é o único possível para o equacionamento de tais situações. As ocupações são formas políticas de participação da vida universitária e o diálogo deve ser a resposta a elas.

12

Sobre o plano de cargos e salários do nosso corpo funcional teremos que inicialmente conhecer o plano que hoje existe e que não foi divulgado. Ao tomar conhecimento desse plano, temos que fazer uma ampla discussão com os funcionários para corrigir distorções e fazer as adequações e aprimoramentos que eventualmente sejam necessários. É importante ressaltar que com o plano de carreira deveremos implantar, de forma simultânea, um programa de avaliação de desempenho e potencial dos nossos funcionários garantindo a progressão na carreira e a remuneração adequada a todos os nossos funcionários.

13

O sistema eleitoral definido pelo nosso Estatuto aprovado no Consun estabelece a indicação de uma lista tríplice para livre escolha do Grão Chanceler entre os três indicados. Sabemos, porém, que a expectativa consensual em toda a nossa comunidade acadêmica é que seja indicado o primeiro da lista e nós comungamos desta expectativa do nosso coletivo. Assumindo formalmente esse compromisso com os estudantes durante o roda-viva por eles produzido e esse é o nosso compromisso com nossos eleitores.

QUEM SÃO OS CANDIDATOS

A PUC VALE A PENA

A professora **Anna Maria Marques Cintra** iniciou sua história com a PUC-SP como estudante de Letras Clássicas, formando-se em 1965, e fez doutorado em Letras na USP. Reúne grande experiência acadêmica e administrativa na PUC-SP, como Chefe do Departamento de Português em duas gestões; Diretora-Geral do Centro de Ciências Humanas; Coordenadora do Curso de graduação de Língua e Literatura Portuguesas; Vice-Reitora Acadêmica em duas gestões; Coordenadora do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa em quatro gestões; Presidente da Comissão Geral de Pós-Graduação. Fora da PUC-SP, atuou como professora do Departamento de Lingüística, da FFLCH, e de Biblioteconomia, da ECA, na USP. Publicou também vários livros sobre os temas das pesquisas que desenvolveu.

O professor **José Eduardo Martinez** é formado pela Escola Paulista de Medicina (atual UNIFESP), instituição em que também fez Residência Médica. Concluiu o mestrado em Clínica Médica na PUC-SP e o doutorado em Reumatologia pela Escola Paulista de Medicina. Professor da PUC-SP há 25 anos, atua no curso de Medicina e em programas de pesquisa e mestrado. Possui vários artigos publicados em periódicos internacionais. Foi chefe do Departamento de Medicina por oito anos e atualmente é diretor da Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde.

AUTONOMIA E EXCELÊNCIA UNIVERSITÁRIAS

O professor **Dirceu de Mello** foi advogado, promotor, desembargador e Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Ingressou na PUC como professor em 1969. Foi Diretor do Curso de Estágio Profissional, Chefe do Departamento de Direito Penal e Processual Penal da Faculdade de Direito, Vice-Diretor da Faculdade de Direito, Diretor Geral do Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Administrativas e Diretor da Faculdade de Direito. Desde 1980, é Coordenador do curso de pós-graduação *stricto sensu* na área de Direito Penal. É o atual Reitor da Universidade, tendo sido eleito em 2008 com altíssimo índice de votação entre alunos, professores e funcionários.

A professora **Marcela Peçanha** é professora da Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde da PUC (Campus Sorocaba) desde 1994. Foi Vice-Diretora da Faculdade de Ciências Biológicas, Coordenadora do Curso de Ciências Biológicas, membro da Comissão de Ensino do CEPE (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da PUC) e Representante Docente no Conselho Departamental da Faculdade de Ciências Biológicas. Representou a PUC na implantação e na gestão do Comitê de Bacias Hidrográficas do Sorocaba e Médio Tietê. Desde 2004, é membro titular do Comitê de Ética e Pesquisa da Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde e, desde 2010, membro do Conselho de Cultura e Relações Comunitárias da PUC, além de atual Diretora do Campus Sorocaba.

RECONSTRUIR A PUC-SP

O professor **Francisco Antônio Serralvo** é mestre em administração e doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP. Atualmente é coordenador do Programa de Estudos Pós-Graduados em Administração. Foi coordenado do curso de administração e colaborou com a implantação dos cursos de campus Santana. É membro da Câmara da Câmara de Pós-Graduação e Pesquisa do CEPE. Membro atuante da ANPAD - Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Administração e é membro da Comissão de Avaliação do ENAD-ADM pelo INEP-MEC.

A professora **Ana Mercês Bahia Bock** é professora doutora em Psicologia Social pela PUC-SP e professora dessa universidade desde 1976. É filiada ao Departamento de Psicologia Social da FACHS e ministra aula no curso de graduação em Psicologia e no Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia da Educação. Participou ativamente do movimento estudantil como estudante da antiga Faculdade de Psicologia e foi uma das fundadoras do Centro Acadêmico da Psicologia (PSICOPUC). Foi chefe de departamento, diretora da antiga Faculdade de Psicologia por duas gestões, representante dos professores no CEPE e no CONSUN. Foi presidente do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo e do Conselho Federal de Psicologia. Tem vários livros e artigos publicados.